

Eixo Temático

4. Educação no Campo, Formação e Trabalho Docente

Título

ESCOLA DA TERRA: UM ESTUDO SOBRE OS DESAFIOS E POSSIBILIDADES NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM CLASSES MULTISSERIADAS

Autora

Érica Fernanda Justino

Instituição

Faculdade de Educação/UFMG

E-mail

ericafernanda28@yahoo.com.br

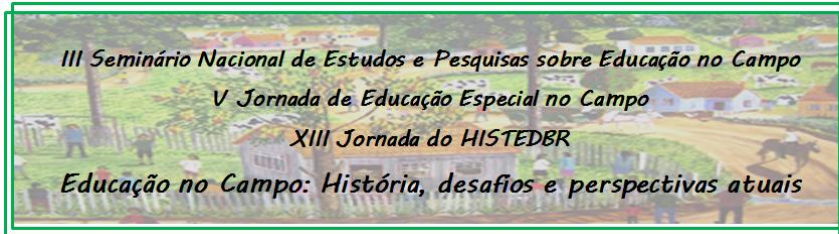
Palavras-chave

Educação; Multisseriadas; Formação; Professores e Campo

Resumo

O trabalho aqui apresentado visa apresentar no âmbito nacional a organização do Projeto Escola da Terra, que oferece curso de aperfeiçoamento a professores que atuam em classes multisseriadas em escolas do campo e comunidades quilombolas. A apresentação também enfoca a organização da proposta de Formação dos Professores no estado de Minas Gerais. Para isso será exposto todo o arsenal de trabalho da equipe gestora da universidade e da Secretaria de Estado da Educação fortalecendo o protagonismo como elemento desencadeador de sensibilidade, indignações e lutas, a Formação tendo como eixo transversal a Educação do Campo e as discussões que podem contribuir para emancipação dos sujeitos, não restringindo a Formação a uma capacitação estritamente técnica ou relacionada ao repasse de orientações de como trabalhar a alfabetização e letramento em todas as áreas do conhecimento. O principal objetivo é Educação como espaço de produção e reprodução da vida, não para a vida. E claro, visualizando na pedagogia multissérie uma possibilidade concreta, onde as potencialidades podem constituir instrumentos importantes na construção do conhecimento.

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



Texto Completo

O programa Escola da Terra se insere numa perspectiva de políticas públicas que tem como ação a formação continuada e acompanhada de professores que trabalham com estudantes dos anos iniciais do ensino fundamental em escolas multisseriadas no campo e em escolas quilombolas. É um Programa do Governo Federal intermediado pela Secretaria de Educação Continuada, Diversidade e Inclusão (SECAD).

Conforme dados do IBGE 2010, a cidade consta com uma população de 32.175 habitantes, desses 21.991 residem em área urbana e 10.186 residem em área rural o IDH 0.646 É importante ressaltar que os critérios de classificação rural e urbano do IBGE são muito frágeis e necessitam ser reorganizados e ou elaborados novos de acordo com as demandas atuais.

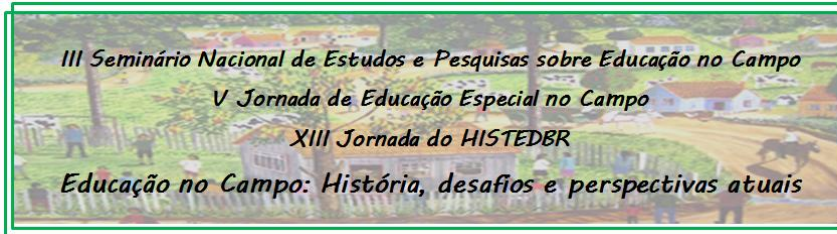
O país conta com aproximadamente 50.000 mil professores atuando em classes multisseriadas, no tocante ao estado de Minas Gerais segundo censo escolar de 2014, esse total é de aproximadamente 7.000 professores.

Compreendendo que a quase totalidade dessas escolas localizam-se no campo é importante uma breve análise do histórico da educação nesse contexto, nos aproximando das intencionais exclusões a que esses sujeitos foram relegados, assim, compreendendo também porque a visão de inferioridade e incapacidade dos sujeitos que atuam nas classes multisseriadas nos diversos campos brasileiro.

Breve Histórico da Educação Pública no País

O entendimento que postula as mudanças que vem ocorrendo ao longo de quase quatro séculos abrangendo, portanto as instituições escolares no Brasil, diz respeito a pelo menos seis períodos significativos.

O primeiro período (1549-1759) é marcado pelos colégios jesuítas; o segundo (1759-1827) constitui-se pelas ‘Aulas Régias’ sendo a primeira tentativa de implementar uma escola pública estatal. O terceiro período (1827-1890) incidiu nas tentativas, interrompidas de estabelecer a educação como encargo do poder público representado pelo governo imperial e pelos governos das comarcas; o quarto período (1890-1931) é assinalado pelas ideias das escolas primárias nos estados, na configuração de grupos escolares, incentivadas pelo ideário do iluminismo republicano;



o quinto período (1931-1961) se define pela regulamentação, em âmbito nacional, das escolas superiores, secundárias e primárias, aliando ao ideário pedagógico inovador; por fim, no sexto período, que se desdobra de 1961 aos dias atuais, unifica o entendimento da regulamentação da educação nacional abrangendo a rede pública (municipal, estadual e federal) e a rede privada as quais, direta ou indiretamente, foram sendo moldadas segundo uma concepção produtivista de escola (SAVIANI, 2005-2008).

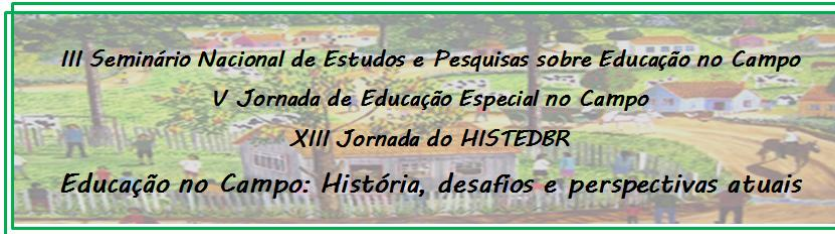
Com efeito, parece possível assinalar uma espécie de contínuo nestas mudanças que vêm acontecendo na educação brasileira. Infere-se também que desde os findos da década de 1980, sobretudo com a Promulgação da Constituição Federal, de 1988, e com o princípio em vigor da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, tais leis trouxeram para o debate questões afiançadas pelos movimentos sociais que demanda a necessidade de se construir uma escola menos excludente, que amplie, em seu interior, culturas diversas, e desenvolva plenamente as várias possibilidades educativas do sujeito. Desta inferência deparamos, na atualidade, em maior ou menor proporção, com o agrupamento de parcela da sociedade visivelmente excluída da educação, bem como saberes, experiências e culturas negadas ao longo dos tempos.

Nesse cenário de intensas mudanças, principalmente a partir da década de 1990, identifica-se no contexto das universidades públicas uma pequena transformação no que diz respeito ao acesso dos sujeitos do campo a seus cursos. Suas especificidades e práxis educativas são visualizadas na oferta de cursos de licenciatura em educação do campo que por sua vez, se encontram articuladas às demandas dos movimentos sociais como sujeitos educativos, que permitem outras compreensões, ações e reflexões sobre a formação desse professor: uma práxis educativa que ocupa o cenário da elaboração e concretização dos cursos oferecidos.

E é na práxis, e através dela, que o ser humano deve confirmar suas convicções e verdades, isto é, a realidade e a sua transformação, o caráter fecundo de seu pensamento. É a prática sobre determinadas situações que demonstra se nossas conclusões teóricas a respeito delas são ou não tidas como verdades (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 2011, p. 14).

O Brasil tem investido nas implementações e implantações de políticas públicas que atendam ou venham de encontro com as demandas latentes, nesse ínterim

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



sobressalta as políticas públicas destinadas às escolas do campo, que foram durante décadas relegadas ao esquecimento pelo poder público de todas as esferas.

A Educação: do rural ao campo

Ponderando os diferentes campos brasileiros, é necessário retroceder até o descobrimento de nosso país, que tem sua história marcada por ações exploratórias, as quais deixaram rastros de exclusão, atingindo duramente as camadas desfavorecidas, relegando-as a planos inferiores, sem dispensar a elas, portanto, uma ação política de incentivos.

Esse caráter de inferioridade acompanhou a educação rural durante décadas e durante esses anos decorrentes de diversos movimentos campestinos foram ganhando voz e dando voz aos excluídos, direcionando olhares para a realidade que se enfrentam nos campos brasileiros.

Na década de 1960, a educação torna-se universal e pública, com formação técnica para atender às demandas da época, nos anos de 1960, com Paulo Freire, o Brasil inicia de forma consistente, uma pedagogia para as classes populares.

Na década de 1990, fortificam-se as discussões entre as temáticas, Educação e Campo, com a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, assegura-se no artigo 28 o reconhecimento da diversidade e especificidades do campo.

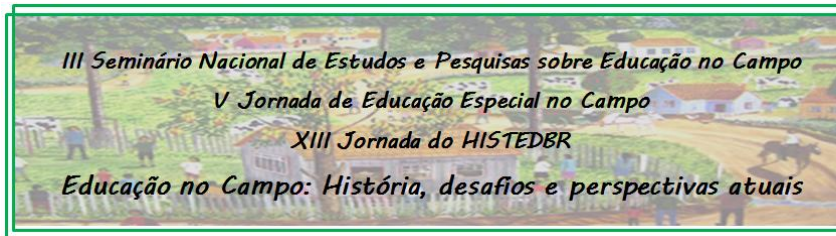
O I Encontro de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária – I ENERA, em 1997, organizado pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra) com o apoio da UnB – Universidade de Brasília, entre outras entidades lançou um desafio: pensar a educação pública para os povos do campo, levando em consideração o seu contexto em termos políticos, econômicos, sociais e culturais.

Outro aspecto relevante se dá em 16 de abril de 1998, por meio da Portaria n°. 10/98 que criou Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, vinculado ao gabinete do Ministério Extraordinário da Política Fundiária.

Caldart ressalta a I Conferência *Por uma Educação do Campo* ocorrida em 1998 como marco importante para a Educação do Campo:

Educação do campo e não mais educação rural ou educação para o meio rural. A proposta é pensar a educação do campo como processo

**www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015**



de construção de um projeto de educação dos trabalhadores do campo gestado desde o ponto de vista dos camponeses e da trajetória de lutas de suas organizações. (2004, p. 13).

Em 2002 foi aprovada a Resolução CNE/CEB Nº. 01 de 03 de abril que instituiu as Diretrizes Operacionais da Educação do Campo. Em 2004 foi criada a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD no âmbito do Ministério da Educação.

A Resolução nº 2, de 28 de abril de 2008, estabeleceu as diretrizes complementares da Educação do Campo. Em março de 2012 o governo federal lança o Programa Nacional de Educação do Campo – PRONACAMPO, que oferece apoio técnico e financeiro para implementação da política de Educação do Campo.

O campo vive um momento de reorganização de suas práticas e relações de trabalho, não mais um campo com recursos tão limitados, cultivado bucolicamente, mas um campo permeado de novos anseios, como a utilização da tecnologia e a supressão do sofrimento braçal.

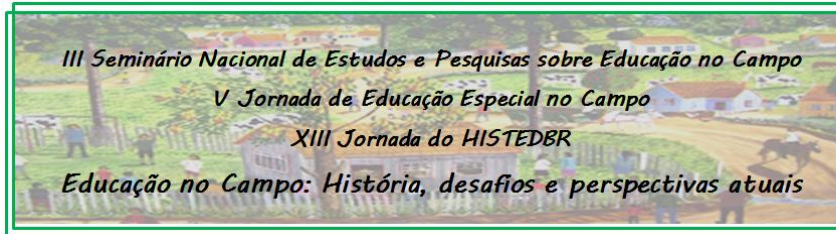
Educação do campo e não mais educação rural ou educação para o meio rural. A proposta é pensar a educação do campo como processo de construção de um projeto de educação dos trabalhadores do campo gestado desde o ponto de vista dos camponeses e da trajetória de lutas de suas organizações (CALDART, 2004, p. 13).

Em Minas Gerais, iniciativas começam a desabrochar timidamente, por meio do decreto de nº 46.218, de 15 de abril é anunciada a Comissão Permanente de Educação do Campo delineará um plano de ação para operacionalização da educação do campo no estado.

Classes Multisseriadas Desafios e Potencialidades

Chamamos classes multisseriadas ou unidocentes aquelas que agrupam em uma mesma classe estudantes de diferentes níveis de idade e aprendizagem, uma realidade muito comum nas escolas do campo, uma vez que essas escolas apresentam baixo número de matrícula em detrimento a sua localização onde a população se distribui em diversas comunidades.

**www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015**



Considerando a extensão territorial, com grandes distâncias entre as propriedades e, ainda, o baixo número de crianças em cada ciclo ou série, é comum encontrar aquelas que estão em fase de alfabetização estudando com as que já sabem ler e escrever sob a orientação de um só professor.

As classes multisseriadas foram durante décadas vistas como uma erva daninha, uma estranha no ninho do sistema que precisava ser logo combatida, arrancada e lançada longe para que não corresse o risco do retorno.

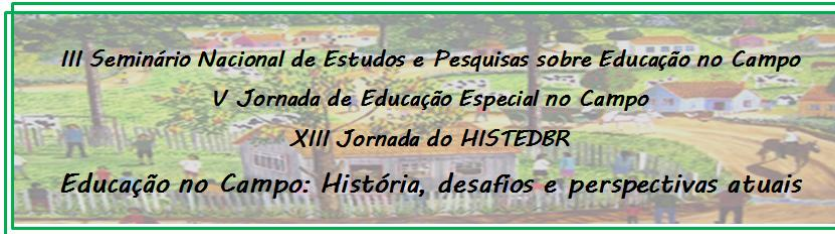
A palavra multisseriada tem um caráter negativo para a visão seriada urbana. Como se a escola urbana seriada fosse boa, o modelo; e a multisseriada fosse ainda algo que vamos destruir, para um dia criar a escola seriada no campo. [...] Estamos no momento de acabar com a seriada urbana e não teria sentido... pegassem um modelo que está todo ele quebrado, caindo aos pedaços, que é o sistema seriado (ARROYO, 2005, p. 83).

Nesse contexto muitas escolas foram nucleadas e ou fechadas, lançando mão da justificativa de que em classes seriadas o ensino pressupostamente seria de melhor qualidade.

O fechamento das escolas multisseriadas é geralmente imposto às comunidades com argumentos superficiais, os sujeitos interessados não são ouvidos, seus contextos de vida não condicionam reflexões, não há análise coletiva dos impactos os quais os estudantes e suas famílias viveriam nesse processo campo-cidade, há em geral um processo de indução, de tendência a enfatizar que o campo é atrasado e que os estudantes necessitavam sair para ter acesso a uma escola com maiores e melhores condições estruturais e pedagógicas, para que assim a qualidade seja assegurada;

Porém, mesmo diante de tantas investidas elas resistem, persistem e clamam para que permaneçam. Mas que essa permanência pressuponha sua compreensão e valorização como um espaço de formação e construção de conhecimentos, como espaço de produção e reprodução da vida, afinal essas escolas são responsáveis pela escolarização da maioria dos estudantes do campo, especialmente aquelas que frequentam os anos iniciais do ensino fundamental.

A discussão se justifica quando consideramos que o Brasil possui atualmente, aproximadamente 50.000 professores exercendo a docência, no estado de Minas Gerais,



essa demanda é de aproximadamente sete mil educadores de acordo com censo escolar 2014. Muitos desses aguardam ansiosos momentos em que possam ver assegurado o direito à formação continuada, onde possam discutir a pedagogia das classes multisseriadas.

A escassa oferta de formação continuada dos professores das escolas do campo especialmente àqueles que atuam em turmas multisseriadas cria uma expectativa negativa em relação aos resultados no nível de desenvolvimento desses estudantes e muitos professores se sentem inertes, não visualizando as possibilidades que poderiam extrair das relações onde às diferenças poderiam contribuir e alavancar o processo de construção de conhecimentos.

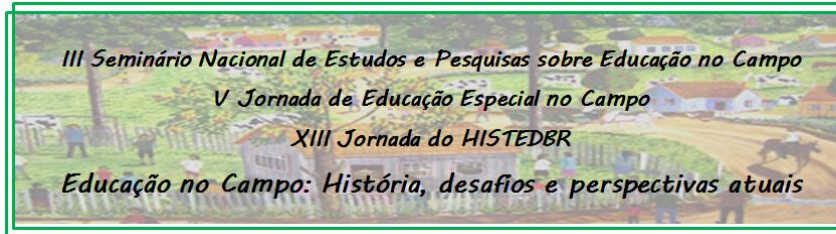
Como enfatiza Beltrame:

Os estudos sobre as escolas do campo revelam que, nesse contexto de contradições e desencontros políticos e administrativos, o professor (a) é o elo que permanece em meio às circunstâncias adversas. Apesar das dificuldades, ele /ela está lá. Sua presença solitária, isolada, revela a persistência e a tenacidade que caracteriza sua trajetória. Ele/ela e seus alunos sobrevivem em meio à precariedade, desenvolvendo um percurso de relações de saber e de reconhecimento mútuo (2009, p.3).

Essas escolas com seus respectivos professores e estudantes foram durante décadas intencionalmente exclusas dos incentivos nos processos educacionais e na implementação de políticas públicas que suprissem suas necessidades.

Nesse contexto compreende-se a situação de isolamento em que as escolas multisseriadas são condicionadas, fortalecendo o seu estigma de escola isolada e fraca.

Essa visão cria um estereótipo negativo em relação aos povos do campo e dos professores que atuam nessas escolas. Muitos ainda “leigos”, outras vezes relegados ao esquecimento nas escolinhas da roça. Os professores têm receio de lecionarem em classes multisseriadas, onde em determinadas situações essa atuação se configura mais como castigo ou punição por questões político-partidária. Geralmente são destinados para lecionar nessas turmas professores que são considerados “inaptos” para atuar nas turmas das escolas da zona urbana ou muitas vezes por “vingança” e perseguição “política”. (ANTUNES-ROCHA & HAGE, 2010).



Um grande problema gira em torno da organização do tempo didático, quando o professor se depara com crianças de várias séries ou ciclos, com diferentes necessidades de mobilização para a aprendizagem dentro de um mesmo espaço.

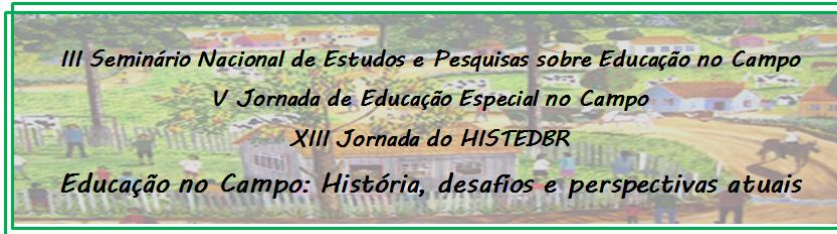
A dinâmica na sala de aula e a articulação do professor como mediador nesse processo atendendo de forma eficiente seus estudantes constituem desafios, em geral ele prioriza aqueles que encontram em processo de alfabetização deixando os outros com atividades mais simples o que carece menos de auxílio o que também não é indicado, pois assim esses estudantes não progridem no processo de construção do conhecimento.

No caso da condução do processo pedagógico, os professores se sentem angustiados quando assumem a visão de multisserie e tem a elaborar tantos planos e estratégias de ensino e avaliação diferenciados quanto forem, as series reunidas na turma; ação esta fortalecida pelas Secretarias de Educação quando definem encaminhamentos pedagógicos e administrativos padronizados. (HAGE, 2006:04).

Muitos desafios despontam nessas análises, talvez o mais expressivo seja a organização pedagógica das escolas, onde possam assumir com autonomia sua identidade de escola do campo e pensar a organização curricular, metodológica, avaliativa levando em consideração seus tempos e espaços. De acordo com Hage, “As escolas multisseriadas têm assumido um currículo deslocado das culturas da população do campo, situação que precisa ser superada caso se pretenda enfrentar o fracasso escolar e afirmar as identidades culturais das populações do campo”. (2005, pág.56).

Pensar a seriação como modelo pensado para as escolas urbanas é desconsiderar o contexto educacional do campo e suas peculiaridades, corre-se o risco que nesse processo de homogeneização das classes nas escolas do campo aumentarmos ainda mais o fracasso, a exclusão e evasão escolar.

As políticas públicas para as classes multisseriadas devem promover o reconhecimento do multisseriamento “como um fenômeno rico e permanente capaz de promover um ensino de qualidade” (ARAÚJO, 2009), compreendendo-o como uma pedagogia possível o que já vem sendo construído cotidianamente na luta empreendida pelos professores destas classes no exercício do ofício docente.



Escola da Terra enquanto Política Pública

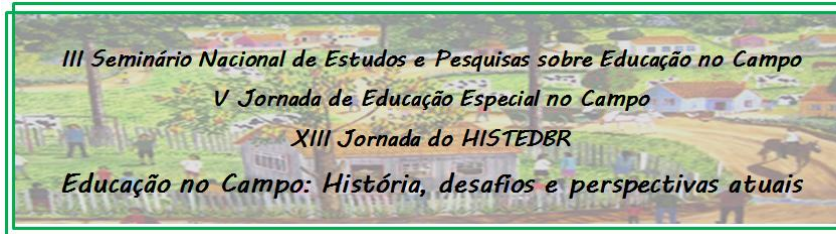
Por meio das ações dos movimentos sociais do meio do Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI/MEC e em regime de colaboração com estados, Distrito Federal e com as prefeituras municipais, municipais é instituído através da Portaria do MEC nº 579, de 2 de julho de 2013, e nos termos da Resolução nº 38, de 8 de outubro de 2013 MEC/FNDE o Programa Escola da Terra. tem como ação principal a promoção de melhoria das condições de acesso, permanência e aprendizagem dos estudantes do campo e quilombolas em suas comunidades, por meio do apoio à formação de professores que atuam nas turmas dos anos iniciais do ensino fundamental compostas por estudantes de variadas idades, e em escolas de comunidades quilombolas, fortalecendo a escola como espaço de vivência social e cultural.

A ação principal do Programa é a promoção de melhoria das condições de acesso, permanência e aprendizagem dos estudantes do campo e quilombolas em suas comunidades, disponibilizando apoio às escolas do campo com turmas compostas por estudantes de variadas idades e diferentes níveis de aprendizagem dos anos iniciais do ensino fundamental (Multisseriadas) e em escolas de comunidades quilombolas fortalecendo a escola como espaço de vivência social e cultural.

O Programa Escola da Terra é uma ação prevista no eixo nº 1 do PRONACAMPO, Programa Nacional de Educação do Campo, lançado pelo Governo Federal em 20 de março de 2012, Portaria nº 86 de 02 de fevereiro de 2013, que define ações específicas de apoio quanto à efetivação do direito à educação dos povos do campo e quilombola, considerando as reivindicações históricas oriundas dessas populações.

Quanto aos objetivos da Escola da Terra está a promoção de formação continuada de professores para que atenda às necessidades específicas de funcionamento das escolas do campo e daquelas localizadas em comunidades quilombolas, oferecimento de recursos didáticos e pedagógicos que atendam às especificidades formativas das populações do campo e quilombolas, preparando os professores para tornar a diferença cultural uma potencialidade.

**www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015**



A formação continuada dos professores que participam do Programa Escola da Terra caracteriza-se pela oferta de curso de aperfeiçoamento de 180 (cento e oitenta) horas organizadas em períodos formativos, denominados:

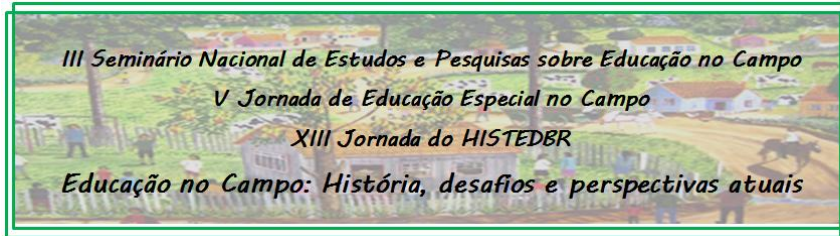
- Tempo-Universidade que se constitui em encontros presenciais executados pelas instituições formadoras.

- Tempo Escola-Comunidade que são períodos formativos, realizados em atividades práticas e acompanhados pelos tutores.

A proposta do Programa se ancora numa teia de relações e atribuições onde cada sujeito terá a oportunidade de exercer seu protagonismo enquanto sujeito que constrói, significa e resignifica seus espaços e suas aprendizagens.

O monitoramento e a avaliação se efetivarão através de visitas e acompanhamento pedagógico pelos tutores responsáveis pela assessoria pedagógica às escolas do campo e quilombolas que integram o programa pelo menos uma vez ao mês para acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos dos professores junto às turmas, a evolução da aprendizagem dos estudantes, o uso dos materiais, bem como para contribuir para o aperfeiçoamento das estratégias de ensino com base nos conhecimentos adquiridos no tempo – universidade, produção de relatório mensal de acompanhamento a cada uma das turmas do Programa Escola da Terra.

A gestão, o controle e a mobilização social se caracterizam pela constituição de um arranjo institucional para gestão das ações, articulando a Comissão Nacional de Educação do Campo e a Coordenação Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, com as instâncias colegiadas dos estados, do Distrito Federal e dos municípios para o acompanhamento e o monitoramento das ações vinculadas à Escola da Terra. A qualificação dos docentes é de responsabilidade das instituições públicas de ensino superior que aderiram ao programa. Cada curso é organizado município a município, respeitando as peculiaridades da cultura local. O material didático e de apoio pedagógico será disponibilizado pelo MEC/FNDE e distribuído em kits compostos por jogos, mapas, recursos para alfabetização/letramento e matemática, para uso em turmas dos anos iniciais do ensino fundamental, compostas por estudantes de variadas idades e anos escolares, em unidades de ensino do campo e de comunidades quilombolas. A



Instituição Superior responsável pela formação também confeccionará materiais didáticos que subsidiarão as discussões.

O Programa Escola da Terra deve constituir um espaço de movimento educativo, oportunizando a dialética dos saberes, a valorização dos saberes locais, pressupondo uma educação que contribua para a emancipação dos sujeitos.

O material didático e de apoio pedagógico será disponibilizado pelo MEC/FNDE e distribuído em kits compostos por jogos, mapas, recursos para alfabetização/letramento e matemática, para uso em turmas dos anos iniciais do ensino fundamental, compostas por estudantes de variadas idades e anos escolares, em unidades de ensino do campo e de comunidades quilombolas. No que se refere às atribuições caberá:

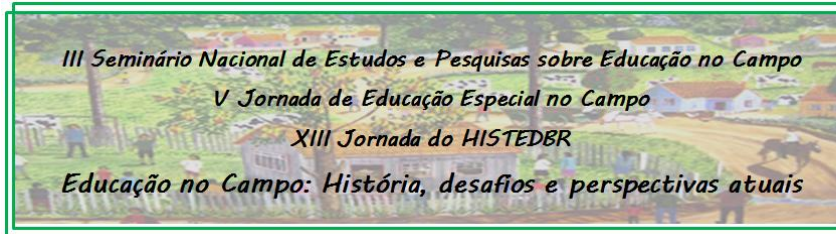
Aos coordenadores estadual e distrital, realizar a sistematização, acompanhamento e orientações para a articulação entre a proposta de formação da Escola da Terra e a prática operacionalizada pelos tutores nos municípios de sua abrangência e mensalmente, validar os relatórios dos tutores da sua área de abrangência que serão homologados pelo Gestor Nacional, de acordo com calendário previamente estabelecido; encaminhar por meio do sistema de gestão e monitoramento da Escola da Terra, os relatórios mensais sistematizados dos tutores (assessores pedagógicos) da rede municipal e estadual, mantendo uma cópia arquivada e, comunicar oficialmente e sem demora a SECADI/MEC e a IPES responsável pelo curso de formação continuada da Escola da Terra sobre qualquer irregularidade que venha a ocorrer.

Aos tutores estaduais e municipais o acompanhamento pedagógico do professor cursista no tempo escola-comunidade, assim como pelas orientações para articulação entre a proposta pedagógica e a prática operacionalizada pelos docentes.

À coordenação da Instituição Formadora, Instituição Pública de Ensino Superior, designará o coordenador do curso, o supervisor, professores pesquisadores, professores formadores e tutores para a execução e acompanhamento da formação continuada, no âmbito da instituição.

Para o acompanhamento pedagógico e gestão, o Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI/MEC, concederá bolsas de estudo e pesquisa para o coordenador

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



estadual e/ou distrital e para os tutores (assessores pedagógicos) que acompanham e orientam os demais professores no tempo escola-comunidade.

Para desenvolver o trabalho de acompanhamento e avaliação da ação Escola da Terra serão realizadas visitas de acompanhamento pedagógico às escolas do campo e quilombolas participantes, realizadas pelo menos uma vez ao mês pelos tutores responsáveis pela assessoria pedagógica, para acompanhar o desenvolvimento do trabalho dos professores junto às turmas, a evolução da aprendizagem dos estudantes, o uso dos materiais, bem como para contribuir para o aperfeiçoamento das estratégias de ensino articuladas com os conhecimentos adquiridos no tempo-universidade, produção de relatório mensal de acompanhamento pedagógico referente a cada uma das turmas da Escola da Terra. A proposta de formação continuada do Programa Escola da Terra, deve contribuir para a valorização dos saberes locais como recurso de ensino, valorização e reconhecimento e formação emancipatória dos sujeitos.

Cada curso é organizado município a município, respeitando as peculiaridades da cultura local. As aulas são ministradas por professores de universidades que já oferecem licenciatura especializada na educação do campo. O quadro abaixo esboça a abrangência do Programa de Formação de professores no país por unidades federativas e instituições de ensino.

UF	Instituições	Metas 2015	2014- Professores formados 2014/2015	Professores em formação prevista 2015
AM	UFAM	2150	1500	650
MA	UFMA	2850	2500	600
BA	UFBA	1400	750	600
MG	UFMG	1000	----	1100
PE	UFPE	1100	500	600
SC	UFSC	750	180	570
CE	UFCE	750	----	800
ES	UFES	750	----	800
PA	UFPA	2100	1400	700
RS	UFRGS	1100	500	600
AL	UFAL**	100	----	100
PR	UFFS**	120	----	120
RN	UFRN**	120	----	120

* Ingressaram no projeto em 2015

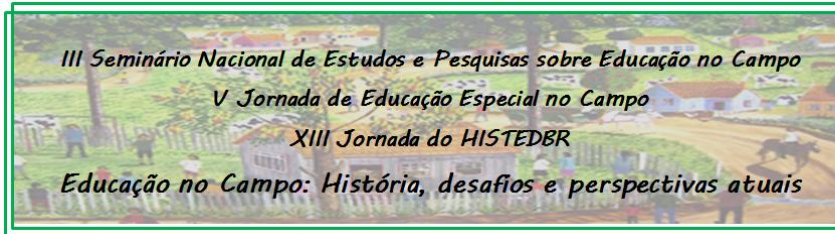
Nota: a formação foi iniciada em 2014

Ministério da Educação, julho de 2015

Mesmo constituindo o Projeto Escola da Terra uma iniciativa de formação de professores assegurada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96, esse direito nem sempre reconhecido, na prática sua efetividade não é assegurada, assim, essa garantia é pauta constante das lutas que os povos do campo precisam empreender.

Escola da Terra em Minas Gerais

Para a execução do Projeto no estado de Minas Gerais a Secretaria de Estado de Educação aderiu ao Projeto, nomeando um coordenador estadual do quadro do magistério para operacionalização do mesmo. A Universidade Federal de Minas Gerais, pelos trabalhos já desenvolvidos tanto em Licenciatura de Educação do Campo como



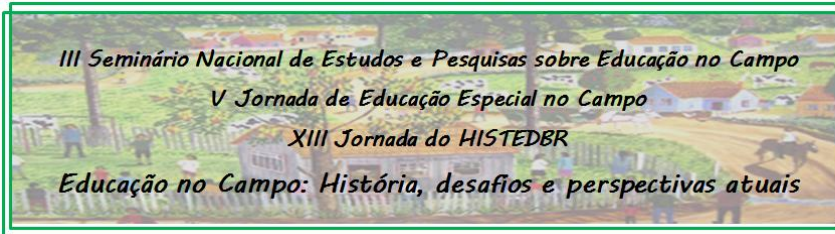
ministrando o Curso de Aperfeiçoamento do Escola Ativa, foi a instituição selecionada para executar o Curso do Escola da Terra.

- A seleção dos municípios atendidos seguiu critérios como:
- Adesão do município no MEC ao Projeto Escola da Terra;
- Predisposição dos municípios a participar do projeto.

Os municípios foram contactados e iniciou-se o levantamento de professores das turmas multisseriadas, elaboração de edital para seleção de tutores, encaminhamento a coordenação estadual dos termos de compromissos assinados juntamente com documento assinado pelo (a) responsável pela secretaria municipal informando os tutores selecionados. Em seguida inicia-se a etapa de cadastramento de tutores e cursistas seguida da capacitação.

O Projeto atende inicialmente em Minas Gerais, 1200 Professores Cursistas, conta com 30 Formadores Regionais, 3 técnicos, 1 Coordenador Pedagógico, 6 Professores Referência. São atendidos 17 municípios, do Médio e Alto Jequitinhonha, Zona da Mata, Vale do Mucuri e região central.

- Almenara
- Aricanduva
- Carai
- Catuji
- Francisco Sá
- Governador Valadares
- Itamarandiba
- Itinga
- Jaboticatubas
- Januária
- Minas Novas
- Miradouro
- Porteirinha
- Rio Pardo de Minas
- São Francisco

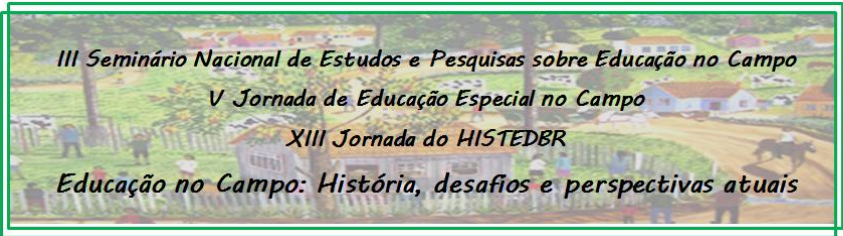


- São João da Ponte
- Teófilo Otoni
- Turmalina

O material para capacitação foi organizado pelos professores conteudistas da Universidade Federal de Minas Gerais pensando nas especificidades das turmas multisseriadas, para isso foram estruturados por áreas de conhecimento:

Ciências da vida e da natureza; Ciências sociais e humanas; Matemática; Linguagem, Artes e Letras; Conceitos básicos da Educação do Campo.

O Curso terá duração de 200 horas organizados em 4 Módulos



Módulo 1 – 3 TU – 1 TC , **Módulo 2** – 2 TU – 2 TC, **Módulo 3** – 1 TU – 1 TC, **Módulo 4** - 1 TU – 1 TC

Tempos	Conteúdos	Duração (hs)	Espaços
Módulo 1 – De 20 de agosto a 27 de setembro			
Tempo Universidade I	Recepção e formação dos Tutores Orientações para elaboração do Relato de Experiência I e da Pesquisa da Realidade I	8	Município
Tempo Comunidade I	Produção do Relato de Experiência I Produção da Pesquisa da Realidade I	8	
Tempo Universidade II	Da Educação Rural à Educação do Campo; Histórico, princípios e conceitos.	24	Belo Horizonte
Tempo Comunidade II	Desenvolvimento da Versão II das seguintes atividades: . Relato de Experiência; . Pesquisa da Realidade; . Avaliação	8	Município
Tempo Universidade III	Sínteses dos Relatos de Experiência e da Pesquisa da Realidade Preparação para reelaboração da experiência a partir do desenvolvimento de um Projeto Político Pedagógico	8	
Duração	56 horas		

Tempos	Conteúdos	Duração (hs)	Espaços
Módulo 2 – De 28 de setembro a 28 de outubro			
Tempo Comunidade III	Elaboração do Projeto Político Pedagógico	16	Município

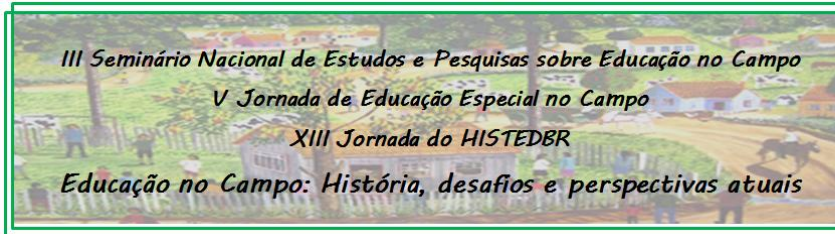
www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015

Tempo Universidade IV	Organização do Trabalho Pedagógico na perspectiva da Educação do Campo nas seguintes áreas do conhecimento: . Línguas, Artes e Literatura; . Ciências Sociais e Humanidades; . Ciências da Vida e da Natureza; . Matemática;	24	
Tempo Comunidade IV	Reelaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP)	8	
Tempo Universidade V	Planejamento para execução do Projeto Político Pedagógico	8	

Tempos	Conteúdos	Duração (hs)	Espaços
Módulo 3 -De 29 de outubro a 29 de novembro			
Tempo Comunidade V	Execução do Projeto Político Pedagógico	40	Município
Tempo Universidade VI	Relatório da Execução do Projeto Político Pedagógico (individual, Município, Grupo, Estadual)	8	
Total	56		

Tempos	Conteúdos	Duração (hs)	Espaços
Módulo 4 -De 01 a 18 de dezembro			

Tempo Comunidade VI	Elaboração do Relatório Final - Individual	8	Município
Tempo Universidade VII	Síntese do Relatório Final por Turma e Município	8	Município
	Apresentação dos resultados na Escola, Comunidade e Município	16	Belo Horizonte
	Síntese e discussão do Relatório Final em âmbito Estadual	8	Município
Total	40		



O Educador divulga e produz conhecimentos pelo registro e sistematização partindo da experiência/saberes dos sujeitos – elaboração, reelaboração dos Relato de Experiência, Pesquisa da Realidade, Projeto Político Pedagógico, Apresentação à Comunidade, Relatório Final.

Avaliação

**www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015**

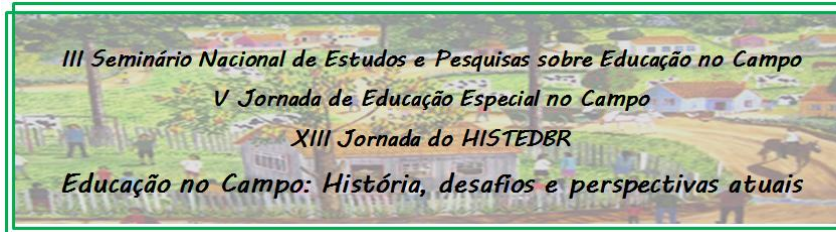
AVALIAÇÃO

Produtos	Pontuação				Total
	Individual	Turma	Município	Grupo	
Relato de experiência	5	5	5	5	20
Pesquisa da Realidade	5	5	5	5	20
Projeto Político Pedagógico	5	5	5	5	20
Relatório da execução do PPP	5	5	5	5	20
Relatório Final e apresentação à comunidade	5	5	5	5	20
Total	25	25	25	25	100

FERRAMENTAS DE GESTÃO

Fluxograma

Coordenação Geral	Coordenação Pedagógica	Formadores Regionais	Formadores Locais	Tutores	Cursistas
2	1	12	12	81	1.100
	Apoio Acadêmico				
	3				



As Mediações serão oportunizadas através de Encontros Presenciais, Circulares, Moodle, Página Facebook, Email, Registros dos Encontros e análise e acompanhamentos dos Produtos.

A Educação como Direito. A Educação como instrumento de emancipação social.

Referências

ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel; HAGE, Salomão Mufarrej. Escola de Direito: ressignificando a escola multisseriada. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

ARAÚJO, Joana D´Arc do Socorro Alexandrino. A escola rural brasileira: vencendo os desafios nos caminhos e descaminhos do tempo. Disponível em: http://www.ufpi.edu.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/eventos/2006.gt1/GT1_03_2006.PDF. Acesso em: 20 agosto. 2015.

ARROYO, Miguel; FERNANDES, Bernardo; CALDART, Roseli; MOLINA, Mônica; CERIOLI, Paulo. Por uma educação do campo. 4ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

BELTRAME, Sonia A. B. A educação dos que vivem a resistência 1949/1989 - um estudo com pequenos produtores - sem terra, no município de Curitibanos, Santa Catarina. (Dissertação de Mestrado) Florianópolis: UFSC, 1991.

BRASIL. Diretrizes Operacionais para a educação básica nas Escolas do campo. Resolução CNE/CEB Nº 1 de 3 de abril de 2002.

BRASIL. Diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. Resolução Nº 2, de 28 de abril de 2008.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: http://planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394. Acesso em: 12 de Ago, 2014.

CALDART, R. Salete. Por uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção. In: ARROYO, Miguel, CALDART, Roseli, MOLINA, Mônica. (orgs). Por uma Educação do Campo. Vozes: Petrópolis, Rio de Janeiro, 2009.

HAGE, Salomão Antonio Mufarrej. Classes Multisseriados: Desafios da Educação Rural no Estado do Pará/ Região Amazônica, GEPERUAZ. Belém - PA, 2003.